



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

Requer a realização de audiência pública para debater os impactos de recentes episódios envolvendo instituições financeiras, com especial atenção ao caso do Banco Master, bem como avaliar o aprimoramento dos mecanismos de controle, supervisão e regulação do Sistema Financeiro Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, com o objetivo de debater os impactos de recentes episódios envolvendo instituições financeiras, com especial atenção ao caso do Banco Master, bem como avaliar o aprimoramento dos mecanismos de controle, supervisão e regulação do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse sentido, propõe-se o convite das seguintes instituições:

1. Banco Central do Brasil;
2. Ministério da Fazenda;
3. Ministério da Justiça;
4. Federação Brasileira de Bancos;
5. Controladoria-Geral da União;
6. Tribunal de Contas da União.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, nos termos do art. 32, inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, detém competência para apreciar matérias relativas ao sistema financeiro nacional, às operações financeiras e à fiscalização de suas entidades.

Nos últimos meses, vieram a público informações acerca de episódios envolvendo instituições financeiras que suscitam questionamentos relevantes sobre a efetividade dos mecanismos de supervisão prudencial, a transparência regulatória e a capacidade de resposta diante de potenciais riscos ao sistema financeiro e à economia nacional. Nesse contexto, o caso do Banco Master emerge como elemento concreto que demanda análise aprofundada, não apenas em relação aos seus desdobramentos específicos, mas, sobretudo, quanto às lições institucionais que dele podem ser extraídas.

O atual debate legislativo sobre os novos regimes de resolução de instituições financeiras evidencia a importância de aprimorar o arcabouço regulatório do Sistema Financeiro Nacional, especialmente diante da ampliação dos instrumentos de intervenção das autoridades competentes. Nesse contexto, mostra-se fundamental fortalecer mecanismos de transparência, controle e prestação de contas, de modo a assegurar o adequado equilíbrio entre a autonomia técnica dos órgãos reguladores e controle democrático.

A realização da presente audiência pública visa promover debate qualificado entre os órgãos de regulação, controle e supervisão, representantes do sistema financeiro e instituições públicas, com vistas a avaliar a robustez dos instrumentos atualmente existentes, identificar eventuais fragilidades e discutir caminhos para o seu aprimoramento.

A iniciativa busca contribuir para o fortalecimento da transparência, da governança e da confiança no Sistema Financeiro Nacional, assegurando que sua atuação esteja alinhada ao interesse público, à estabilidade econômica e à proteção dos cidadãos.

Diante do exposto, solicito o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de março de 202.

ROGÉRIO CORREIA

Deputado Federal

PT-MG

